



Anais da Assembléia

Nº 133

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 17 DE SETEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PFL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo

Deputado **ORLANDO PESSUTI**

PRN

Deputado **NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS**

PFL

Deputado **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**

PDT

Deputado **PAULO MAIA**

PTB

Deputado **ERONDY SILVERIO**

PSDB

Deputado **ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI**

PST

Deputado **FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)**

PPS

Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**

PST

Deputado **GERALDO CARTÁRIO**

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kleise Bordini Crisóstomo - Domingos Paschoal de Carvalho - Antonio Toni Colaço Vaz - Eurides Moura - José Tavares da Silva Neto - Oswaldo Trevisan - Suplentes: Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura - **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - **PFL - 06:** Antonio Cosjenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Delfino Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Satti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Volimir Miró Maisrovicz - **PDT - 06:** César Augusto Carolo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Fúlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela - **PTB - 06:** Erondy Silverio - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mano Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron - **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermaes Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri - **PPS - 03:** Ovídio José Constantino - Emami Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello - **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Gelvino Benghi - Mano Vargas J. da Rocha - **Deputados licenciados:** Luiz Carlos Caio Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - (•) **SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.**

**2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATIVA
ATA DA 88.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 1992.**

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e João Iensen.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Lourenço Fregonese, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Lygia Pupatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Osvaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur e Severino Félix (37). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ademar Traiano, Dalton Machuca, Alceu Swarowski, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, César Silvestri, Colombino Grassano, Duílio Genari, Elio Rusch, Mário Bezerra, Ovídio Constantino, Rossoni e Toti Colação (14). - Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados Algaci Túlio, Albino Corazza e Rafael Greca de Macedo (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. HERMAS BRANDÃO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados da aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) A Mesa deferred e irá proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

É procedida à chamada nominal dos Srs. Deputados.

28 Srs. Deputados responderam à chamada.

Curitiba, quinta, em 17.09.92

"Há quórum para prosseguimento da Sessão". Em votação a Ata. - **Aprovada.**

O SR. SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO N.º 455/92

Senhor Presidente.

Tomo a liberdade de solicitar a Vossa Excelência justificativa às minhas faltas nesta Assembléia Legislativa, tendo em vista compromissos inadiáveis assumidos junto à Região Noroeste neste dia 17 de setembro.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, antecipar sinceros agradecimentos pela atenção.

Sala das Sessões, em 17.09.92.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N.º 1441

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4.º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.09.92.

(a) JOÃO IENSEN

REQUERIMENTO N.º 1436

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, licença do mandato parlamentar para assumir o cargo de Prefeito de Curitiba, em substituição ao Arquiteto Jaime Lerner, conforme o Ofício n.º 962/92 - EM, anexo, no período de 17/09 a 30/09/92.

Sala das Sessões, em 17.09.92.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N.º 1430

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o infausto passamento do Exmo. Sr. ex-Deputado Miguel Dinizo, REQUER, após a audiência do Plenário, seja designada sessão especial, para esta Casa prestar as homenagens póstumas que lhe são devidas, como homem público, e antigo membro desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 17.09.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Heinz Herwig.

REQUERIMENTO N° 1431

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário "voto de pesar" pelo falecimento do industrial Nilo Ludovico Zanier, ocorrido no dia 11 de setembro de 1992.

Requer, outrossim, que do presente seja dada ciência à família do extinto, através da Sra. Diva S. Ogibowsky.

Sala das Sessões, em 17.09.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Falecido aos 71 anos de idade, o Sr. Nilo Ludovico Zanier, foi empresário e dirigente sindical na área da indústria de bebidas, também se destacou frente a superintendência executiva da Federação das Indústrias do Paraná.

Pertencente à tradicional família paranaense o Sr. Nilo Ludovico Zanier deixa viúva a Sra. Ruth G. Reinhardt Zanier e os filhos Marcos e Clóvis Zanier.

REQUERIMENTO N° 1438

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Sabina Ribas Lopes, ocorrido ontem no Município de Quatiguá.

Requeiro, ainda, que, após aprovação do presente, seja dada ciência à família enlutada, sito Rua Antonio Simião Rodrigues, s/n°.

Sala das Sessões, em 17.09.92.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 1439

Senhor presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Paulo Muraro, ocorrido ontem, no Município de Quatiguá.

Requeiro, ainda, que, após aprovação do presente, seja dada ciência à família enlutada, sito Rua Roque Sergio Mendes Ferreira, s/n°.

Sala das Sessões, em 16.09.92.

(a) JOSÉ TAVARES

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 254-92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação das Senhoras de Ro-

tarianos de Mamborê", com sede e foro no Município de Mamborê, no Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.92.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Senhoras de Rotarianos de Mamborê, fundada em 27 de março de 1987, tem por finalidade manter, dirigir, colaborar e auxiliar sociedades filantrópicas ou obras assistenciais da cidade.

A proposta de declaração de Utilidade Pública a esta Associação, vem reconhecer o esforço de senhoras destinadas a promover atividades educacionais, sociais e culturais, visando um trabalho em prol do bem estar da coletividade.

Sendo assim, de relevante importância a medida proposta, contamos com o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente,

Sras. e Srs. Deputados, estou encaminhando à Mesa um requerimento propondo voto de aplauso pelo transcurso do terceiro aniversário do consórcio intermunicipal de proteção da bacia do rio Tibagi, COPAT, exatamente porque é uma entidade que foi criada há três anos atrás na região de Londrina, mais especificamente no Município de Ibiporã que, inclusive, tem como presidente o Prefeito de Ibiporã, José Maria Ferreira, e como Municípios membros Jataizinho, Telêmaco Borba, Ponta Grossa e Sapotema.

Esse consórcio foi criado com o apoio do Governo do Estado, com o apoio da iniciativa privada através das indústrias KLABIN de Telêmaco Borba, e foi inspirado na urgente necessidade de se desenvolver uma política de proteção à bacia do rio Tibagi, exatamente no momento em que se discutia a implantação do projeto Tibagi que seria a segurança do abastecimento de água praticamente para os próximos quarenta anos na região Metropolitana de Londrina e Cambé.

O projeto Tibagi, em cima desse trabalho do COPAT, já é uma realidade porque foi inaugurado, a SANEPAR já está com serviços em pleno funcionamento e a nossa região já está bebendo água do projeto Tibagi, e água da melhor qualidade.

Portanto, eu que venho acompanhando há vários anos a luta do engenheiro Luís Gannassin, que é o coordenador desse consórcio, a luta do Prefeito José Maria Ferreira de Ibiporã, a luta de setores da Universidade de Londrina, não poderia, neste momento em que este consórcio completa

três anos de existência, deixar de destacar aqui o importante trabalho de preservação ambiental que este consórcio realizou em benefício não só da região que o rio Tibagi corta, mas em benefício de todo o Norte do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria que esta Casa aprovasse esse requerimento, e gostaria também que os prefeitos dos municípios a que me referi, a Reitoria da Universidade Estadual de Londrina, o engenheiro Luís Ganassin e a diretoria da Klabin de Telêmaco Borba, fossem cientificados deste requerimento e do posicionamento unânime da Assembléia Legislativa, enaltecendo o trabalho do COPAT nesses três anos de existência.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente e não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PL.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PRN.

(Declina).

PST.

Com a palavra o Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamentavelmente recebemos hoje em nosso gabinete, um telefonema da cidade de Paçandu, quando o nosso candidato a Prefeito, disputando as eleições, Sr. José Antônio Piovan, sofreu hoje um atentado às 07:30 horas em frente a Rádio Cultura de Maringá.

Eu apenas quero registrar nos anais desta Casa as providências que tomamos hoje junto ao Sr. Secretário da Segurança. (Lê):

"Curitiba, 16 de setembro de 1992.

A Sua Excelência o Senhor

JOSE MOACIR FAVETTI

Secretário de Estado da Segurança Pública
N/CAPITAL

FAX: 254-7024

Senhor Secretário:

Em virtude de ameaças de morte sofridas pelo Sr. JOSÉ ANTÔNIO PIOVAN, candidato a Prefeito do Município de Paçandu pela coligação PST/PTB/PSDB/PL/PFL, solicitamos os préstimos de Vossa Excelência providências cabíveis emergentes no sentido de fornecer garantia de vida ao mesmo.

Contando com o apoio de Vossa Excelência, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

(a) DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

Deputado Estadual"

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós queremos comunicar aos senhores e que não houve nenhuma participação da nossa coligação em Paçandu, para que o comitê da candidata adversária do nosso candidato, dona Terezinha Seguezi, fosse fechado pela Justiça Eleitoral. E se a Justiça Eleitoral tomou essa posição, segundo as informações que recebi em meu gabinete, a Justiça Eleitoral cumpriu a ordem e a lei. Não podemos permitir mais que candidatos que querem chegar ao poder, possam estar distribuindo nos comitês, remédios já com seus vencimentos sem possibilidade de levar à população.

É esse fato que ocorreu, e segundo informações que tive, é que o candidato José Antônio Piovan ia prestar um esclarecimento hoje através da Rádio Cultura de Maringá, onde envolvia a distribuição desses remédios já vencidos, e ao mesmo tempo ia denunciar à população de Paçandu, quando a senhora Terezinha Seguezi possui aproximadamente 80 processos que a envolvem no Fórum da cidade de Maringá.

Foi lamentável que num processo democrático onde nós participamos para que restaurasse a democracia neste País e que cabe a cada cidadão eleitor fazer a avaliação de seus candidatos, não podemos mais permitir esses tipos de violência que afrontam de todas as formas os direitos que nós conquistamos, que é a verdadeira democracia.

Eu peço, então, que sejam tomadas providências tanto por parte da Secretaria de Segurança do Estado do Paraná e que determine à Delegacia de Paçandu e até mesmo à Delegacia de Maringá, que tomem as providências cabíveis para que sejam apurados esses fatos, para que não venham cometer mais esses tipos de ameaças.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PMDB com a palavra.

Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN - Sr. Presidente, antes de começar as minhas palavras, gostaria de agradecer-lhe pela concessão; demonstra assim ser um bom companheiro.

Meus amigos, o litoral do Paraná vive momentos de grande aflição: os políticos, a população, a ponto de fazer um protesto, fechando a 277 para chamar a atenção da população do Paraná que por uma ação de alguns que não acreditam no desenvolvimento harmonioso, compatibilizando o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, conseguiram uma liminar proibindo a sobrevivência daquela população traba-

lhadora do litoral).

Nós acreditamos no desenvolvimento e no bem-estar entre o homem e a natureza. E se até hoje aquela população viveu com dignidade, buscou naquela região seu auto-sustento e preservou a natureza de forma a orgulhar o Brasil e o mundo inteiro, não há de ser agora que não vamos lhes prestar a nossa solidariedade para que eles possam encontrar ali o seu desenvolvimento, a sua grandeza, o seu crescimento, a sua riqueza e o seu bem-estar, vivendo da sua colheita, da sua região, onde pode sim ser ampliada a qualidade de vida e preservada a mata, a floresta e a natureza.

Acredito que seria importante neste sentido, além da solidariedade, entregarmos-nos numa luta e numa sugestão para que o Governo do Estado do Paraná fortaleça mais a Secretaria da Indústria e do Comércio, que coloque gente que possa manter contato, discutir, conversar, encontrar soluções de desenvolvimento de cada região do Estado do Paraná, fazendo com que a indústria e comércio tenham uma maior ligação com os empresários e particularmente com os pequenos e microempresários para encontrarmos as soluções que existem em cada local em nosso Estado. O Noroeste com sua riqueza na plantação de algodão, da seda e do rami, o litoral com sua riqueza para o turismo que é a sua vocação.

Enfim, uma Secretaria da Indústria e Comércio que possa promover o desenvolvimento do Estado do Paraná, gerando maior número de empregos, gerando, enfim, uma vida melhor para todos. Acreditamos que a função social é mais importante, e o governo existe para dar sustentação aos mais humildes, aos trabalhadores.

Nós acreditamos que o Governo deve ser aquele que estimula o crescimento econômico, estimula o emprego para gerar o bem-estar de uma população e a palavra de ordem hoje, eu acho que é esta: o povo quer emprego, o povo quer bons salários. A Assembleia Legislativa do Paraná tem uma função fundamental neste sentido de estimular este crescimento econômico em cada região.

O Sr. Lourenço Fregonese - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Neivo Beraldin, eu uso a palavra para parabenizá-lo e dizer que realmente o litoral do Paraná está sofrendo, principalmente os agricultores, com uma ação de um grupo ecológico, após tanto lutar para conseguir uma autorização do IBAMA e do ITCF, esse grupo ecológico cortou todas as esperanças dos pequenos agricultores do litoral do Paraná.

Eu gostaria que o Senhor - que é bastante ouvido no Palácio Iguazu -, levasse

à frente esse seu apelo, que realmente o governo desse mais atenção ao turismo, porque o turismo, segundo o Governador, é prioridade oito, e se jogasse turismo do litoral pela prioridade um, porque através do turismo nós conseguiríamos levantar o problema social das cidades de Guaraqueçaba, Antonina, Matinhos, Guaratuba, e porque não Paranaguá?

Então, parabenizo Vossa Excelência, porque a questão é essa mesma: o litoral sofre a fome hoje porque não pode plantar, porque as leis não deixam e não se investe na sua coisa primordial que é o turismo, porque os governantes acham que o turismo não serve e no mundo inteiro sabemos que o turismo é a maior fonte de riquezas. O maior PIB da Itália, da Espanha, da França e de Portugal é através do turismo, por isso eu o parabenizo e faço questão, em tudo o que o senhor precisar, em prol do turismo para o litoral do Paraná, o senhor conte comigo.

Parabéns, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN - Muito obrigado pelo aparte, eu acho que a Assembleia Legislativa do Paraná, aproveitando a oportunidade, também está de parabéns, por que aprovou aqui a lei dos royalties ecológicos e também está de parabéns o Governador Requião, por ter sancionado essa lei, e acho que esse projeto não deve trazer orgulho só para seu autor, mas sim para todos os Deputados, para a Assembleia Legislativa do Paraná, para o Governo do Paraná, porque é um projeto exemplo para o País.

Encontramos aqui nesta Casa de Leis uma alternativa para compatibilizar o crescimento econômico com a preservação ambiental. Este projeto é mais uma prova de que os Deputados eleitos por suas regiões unidos, poderemos encontrar soluções para todas as regiões do Paraná.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao PSDB.

(Declina).

PTB.

(Declina).

PDT.

(Declina).

PT.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 455/92, subscrito pelo Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando jus-

tificativa de ausência na sessão plenária do dia 17 do corrente mês, em função de compromissos assumidos na região Noroeste do Estado. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando licença do mandato parlamentar para assumir o cargo de Prefeito de Curitiba, em substituição ao Sr. Prefeito Jaime Lerner. - **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

VOTAÇÃO EM:

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 174/92, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE e OUTROS, que garante direitos adquiridos pelos funcionários públicos estaduais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F.. EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO com parecer da C.C.J. apresentando EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 174/92

P A R E C E R:

Sobre Emenda Substitutiva Geral.

Houve apresentação de emenda substitutiva geral, que visa adequar a redação de tal forma que o objetivo original dos autores do projeto seja alcançado. No entanto, ao nosso ver, ainda é preciso uma pequena modificação, para aperfeiçoar de vez o intento do projeto. Por esta razão, anexamos subemenda modificativa corretiva que atende esta preocupação.

No mais, somos de opinião favorável, recomendando sua aprovação, desde que incluída a subemenda anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

PROJETO DE LEI Nº 174/92. SUBEMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA A EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Artigo Único: O Projeto de lei nº 174/92 passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - Aos servidores públicos estaduais que na data da publicação da presente lei tenham completado 02 (dois) anos de efetivo exercício em cargos de provimento em comissão, ficam restabelecidos os direitos constantes do inciso III e dos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 140, da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970.

Parágrafo Único: Para fluir do benefício estabelecido neste artigo, o servidor procederá ao registro comprobatório de tal condição em ficha funcional junto ao órgão competente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação da presente Lei, sob pena de preclusão de seu direito.

Art. 2º - Ficam ressalvados os direitos na forma do disposto no artigo 16 e parágrafo único da Lei nº 9.937 de 20 de abril de 1992.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Comissões, em 16.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoio: Lygia Pupatto, Emilia Belinati, Nilton Barbosa, Arlindo Troian, Costenaro Neto, Colombino Grassano, Oswaldo Trevisan, 1 ilegível.

Aprovada a emenda substitutiva das Comissões, ficará prejudicada a emenda de Plenário.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda substitutiva geral das Comissões, conservem-se como estão.

APROVADA.

Prejudicada a emenda substitutiva de Plenário.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, registrou o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrada.

VOTAÇÃO EM:

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 211/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 57/92, fica acrescentado ao Art. 23 da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, o inciso IV com a seguinte redação "IV - Grupo D: alíquota de 7% (sete por cento) para: 1 - tijolo, telha, tubo e manilha que, na sua fabricação, tenha sido utilizada como matéria-prima, argila ou barro". Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F e C.O.. EMENDA DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 211/92

EMENDA

Ao presente projeto de lei foi apresentada emenda aditiva, visando garantir que a pretensão do Sr. Governador seja corretamente contemplada, acrescentando a expressão: "... e cuja destinação final seja para construção de moradias populares"

Analisando a emenda, verifica-se que a

mesma não fere qualquer dispositivo constitucional, legal ou regimental.

Diante do exposto, opinamos pela procedência da emenda.

Parecer favorável pela aprovação.

Sala das Comissões, em 15.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

EMÍLIA BELINATI - Relatora

Em votação.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar).

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, achamos, evidentemente, assim como o parecer da própria Comissão de Constituição e Justiça, ser este projeto, de grande alcance, mas preocupamos e por isso, a Bancada do PDT apresentou uma emenda não discordando da redução da alíquota de ICM para 7%, mas acrescentando a esse projeto de lei, a garantia de que a destinação final desta redução, se dê apenas para construção de moradias populares, isto porque se não nós vamos, indiscriminadamente, conceder um benefício a quem não tem necessidade deste benefício, prejudicando a vida financeira de muitos municípios do Paraná que vivem exclusivamente deste tipo de exploração, que é o tijolo e a telha.

Por isso a nossa justificativa aí atende aos interesses do Município, atende à Mensagem de S.Exa. o Governador do Estado quando garante que a redução do ICMS se dê apenas quando for constatado que este material venha a ser utilizado apenas para a habitação popular.

Nós acreditamos que, com isto, estaremos de fato atendendo a quem tem necessidade.

Muito obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, a Mensagem do Sr. Governador estabelece que a partir da vigência desta alteração da Lei nº 8.933 "a alíquota será de 7% para tijolos, telhas, tubos e manilhas que, na sua fabricação, tenha sido usado como matéria-prima, argila ou barro".

É evidente que, ao propor esse benefício, que outrora já havia sido um objeto de um projeto de lei do Deputado Dalton Machuca, e também manifestação ao projeto do Deputado Antônio Annibelli, o Governo do Estado procura atender um segmento importante da economia paranaense, principalmente no que diz respeito à geração de emprego e a ocupação da mão-de-obra.

A emenda proposta por alguns Deputados, entre eles e se não me falha a memória a Deputada Emília, o Deputado Paulo Maia, o Deputado Algaci Túlio, apoiada também pelo Deputado Plauto e outros, ela procura limitar os efeitos desse benefí-

cio, permitindo que essa alíquota de 7% seja aplicada apenas e tão somente para os tijolos, telha e manilhas que venham a ser utilizados na construção de casas populares.

Nós entendemos que esta emenda não deva prosperar. Portanto, iremos recomendar que votemos contrariamente à emenda apresentada pelos Srs. Deputados, porque o objetivo do Governo é ampliar esses benefícios a todos esses segmentos envolvidos na produção de telha, tijolos e manilhas e não apenas limitar para os produtos que forem utilizados na moradia popular.

Então, esta é a razão pela qual pedimos para que votemos a favor da mensagem e contrários à emenda apresentada pelos Deputados Algaci Túlio, Paulo Maia e Emília Belinati.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto, ressalvada a emenda. Deputados que aprovam conservem-se como estão.

Aprovado.

Em votação a emenda.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como estão.

Rejeitada.

O SR. PAULO MAIA - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se

10 (dez) Srs. Deputados aprovam a emenda.

Os Srs. Deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

17 (dezesete) rejeitam a emenda.

Está rejeitada a emenda.

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 61/92, que aprova crédito suplementar, alterando o vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL, Cr\$ 58.000.000.000,00 (cinquenta e oito bilhões de cruzeiros). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J, SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

**EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI Nº 224/92**

P A R E C E R:

A presente emenda objetiva diminuir a suplementação para o valor de Cr\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de cruzeiros), diminuindo, também, os cancela-

mentos referentes aos códigos 1045, 1050 e 1068, no Anexo II, e 1804 e 1805 no Anexo III.

Sendo a iniciativa dos projetos que alterem os vigentes orçamentos privativa do Governador do Estado e, não se admitindo, constitucionalmente, emendas que não guardem relação ao texto dos referidos projetos e que visem a correção de erros, somos levados ao entendimento de que a apresentação de emendas que tratem a matéria de outra forma como inquinadas de vício de origem.

Desta forma, manifestamos nosso parecer contrário à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

Em votação.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apresentamos nesta Casa uma emenda substitutiva geral ao Projeto de Lei nº 224, demos as justificativas, e, lamentavelmente, devido a compromissos não pudemos comparecer à reunião extraordinária da CCJ, cujo parecer anterior havia sido rejeitado. E nesta última reunião, houve a aprovação de um parecer semelhante, procurando derrubar e derrubando, obviamente, votando contra o nosso substitutivo.

Vejamos bem quando nós afirmamos, e neste parecer, lamentavelmente, não pudemos estar presentes para argumentar, quando diz: "... emendas que não guardam relação ao texto dos referidos projetos e que visa à correção de erros". Somos levados ao entendimento de que a apresentação das emendas que tratem a matéria de outra forma, há equívoco de vício.

Ora! Nós não estamos ferindo e nem estamos entrando no mérito da proposta do Governador, quando ele transfere, quando ele cancela recursos de setores do orçamento global do Estado. Isto está bastante claro. E nós dávamos as razões, porque obviamente lemos o projeto na íntegra, e jamais deixaremos, jamais concordaremos. Por isso, o nosso projeto reduz esta proposta em 58 bilhões para 30 bilhões, visto que na proposta, aqui, está-se cancelando, o programa a cargo da TECPAR, que já vive em estado de falência, quando nós dissemos, também, na reunião anterior da CCJ, que este projeto cancelava investimentos para o ensino de 1º e 2º graus. Está provado, para quem não tomou conhecimento, no anexo II, quando diz, no Código 1045: Cancelamento de investimentos para o ensino de 1º e 2º graus, através de verbas contraídas do BIRD". E nós dissemos que éramos contrários pelo fato de termos hoje a educação de 1º e 2º graus pública em situação caótica, de miserabilidade. E não vemos,

em hipótese alguma, como concordar com o cancelamento desta verba para este programa, que evidentemente é essencial para o Paraná. A FERROESTE é essencial, se torna essencial. Mas, eu acho que antes da FERROESTE nós temos, também, a questão da educação.

Nós temos a questão do Código 1068, que também pede o cancelamento, quando diz: "integralização, cancelamento da integralização de capital na SANEPAR para sistemas de água e esgoto". Isto aí está bem claro. É algo que se está cobrando, inclusive ferrenhamente, hoje, nas campanhas partidárias, através dos programas dos candidatos. Está pagando aquele que menos deve, o preço pela falta de aplicação no sistema de água e esgoto. E aqui nós estamos vendo o cancelamento desta rubrica.

Estamos vendo, também, o cancelamento, através do Código 1022, de uma verba contraída através do BID para o DER. E numa mensagem posterior ao Governador do Estado, quando ele pede este cancelamento, das verbas já contraídas do BID para o DER, a conservação das estradas, posteriormente ele vem com uma outra mensagem, pedindo autorização desta Casa para contrair o empréstimo de 173 milhões de dólares para investimento em estradas.

Então, nós estamos vendo, aqui, que há de fato um contra-senso. Por isso, nós nos posicionávamos na primeira oportunidade, contrários a esta forma de cancelamento, não contrários à proposta do projeto, mas contrários ao cancelamento de algumas rubricas do orçamento geral do Estado, que ao nosso ver são indispensáveis. São até indiscutíveis de qualquer tipo de aplicação.

Uma outra preocupação que nós temos é através do Anexo III, rubrica 1049, que entra numa autonomia de uma entidade indireta do Estado do Paraná, com o cancelamento da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Gerenciamento Administrativo e Operacional. E nós não podemos concordar, em hipótese alguma, quando se está dizendo pelos quatro cantos do Paraná que a eletrificação também é uma prioridade.

Então, as nossas razões estão postas a nível de substitutivo, que lamentavelmente, ao nosso ver, não houve a devida interpretação. E está registrado nesta Casa, neste momento, a posição da Bancada do PDT, contrária a este tipo de postura. Ela é essencial para o Estado do Paraná, sem dúvida, a FERROESTE se torna essencial, mas cancelar as rubricas primordiais que abrange toda uma sociedade nós não podemos concordar em hipótese alguma. Por isso somos pela aprovação do substitutivo geral que corrige, não cancela, mas corrige o que está se pedindo como cancelamento

através da Mensagem do Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto nº 224/92, sem prejuízo da apreciação da emenda.

Senhores Deputados que aprovam o projeto.

Aprovado.

O SR. ROSINHA - Senhor Presidente, registro o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente.

Emenda com parecer contrário da C.C.J. Senhores Deputados que aprovam a emenda conservem-se como estão.

Rejeitada.

O SR. PAULO MAIA - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se.

09 (nove) Senhores Deputados aprovam.

16 (dezesesseis) Senhores Deputados rejeitam a emenda.

Não há quórum para votação.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Senhor Presidente, pedimos a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Procede-se à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam à chamada nominal 29 Senhores Deputados.

Há quórum para votação.

Os Senhores Deputados que rejeitam a emenda, conservem-se como estão.

Rejeitada.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Peço que se registre os votos dos Deputados: Hermas Brandão, Heinz, Paulo Maia, Emilia Belinati, Dr. Rosinha, Lygia Pupatto, Nelson Justus, Antônio Annibelli, Luiz Carlos Martins e Fregonese, José Artur Ritti e Plauto Miró, votaram favoráveis a essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/92, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, que introduz alterações no art. 3º da Lei nº 10037, de 13 de julho de

1992. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 234/92, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, que concede aos servidores do Poder Judiciário regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, adicional por tempo de serviço. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/92, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, que dispõe sobre os vencimentos da Magistratura do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda supressiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 242/92

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01

Fica suprimido o Art. 4º do Projeto de Lei nº 242/92.

Sala das Sessões, em 16.09.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamto: Nelson Justus, Alceu Swarowski, Eurides Moura e Severino Félix.

Em discussão o Projeto.

Encerrada a discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a exemplo do que ocorre com todos os demais projetos, havendo emenda eu requeiro que V.Exa, remeta o Projeto à C.C.J..

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deferido.

A Mesa informa que o projeto está em regime de urgência e retornará à Ordem do Dia na sessão de terça-feira, não sendo mais submetido à apresentação de emendas.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/92, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, que dispõe sobre os vencimentos do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas, dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 245/92, de autoria da PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO, que fixa conforme especifica os vencimentos básicos do Pro-

curador Geral da Justiça e adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de duas (02), de autoria dos Srs. Deputados Antônio Annibelli e Orlando Pessuti, ambas devidamente apoiadas nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 245/92

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 01

Substitua-se o art. 5° pelo seguinte:

"Art. 5° - É vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público, ressalvado o disposto no inciso XII do art. 27 e no § 2° do art. 33, da Constituição Estadual. A remuneração básica do Secretário de Estado é, no mínimo, igual à do Procurador Geral da Justiça.

Sala das Comissões, em 15.09.92.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoio: João Iensen, Erondy Silvério, Hermas Brandão e Heinz Herwig.

JUSTIFICATIVA:

Verifica-se pelos termos do projeto que o Secretário de Estado perceberá quantia inferior a cargo inicial da carreira do Ministério Público. Esta disparidade é inconstitucional, fere o inciso XII, do art. 27 da Constituição do Estado. A presente emenda corrige a inconstitucionalidade e a injustiça do projeto.

PROJETO DE LEI N° 245/92

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO

Fica suprimido o art. 4° do Projeto de Lei n° 245/92.

Sala das Sessões, em 16.09.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Nelson Garcia, Alceu Swarowski, Eurides Moura e Severino Félix.

O projeto retorna à C.C.J., para apreciação, e entrará na sessão de terça-feira.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 247/92, de autoria do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 588.100.000,00 (quinhentos e oitenta e oito milhões e cem mil cruzeiros) ao vigente orçamento do Tribunal de Contas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 249/92, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J.

e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda supressiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 249/92

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE N° 01

Fica suprimido o Art. 4° do Projeto de Lei n° 249/92.

Sala das Sessões, em 16.09.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Nelson Garcia, Alceu Swarowski, Eurides Moura, Severino Félix.

O projeto retorna à C.C.J. e entrará na sessão de terça-feira.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 220/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM N° 60/92, que altera a redação do Art. 12, da Lei n° 7.065 de 06.12.78 (melhoria genética ou incremento da produção de animais). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Public. no D.A. n° 116 de 17.08.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 220/92

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 60/92, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que altera a redação do art. 12, da Lei n° 7.065 de 06.12.78, referente a melhoria genética ou incremento da reprodução de animais.

Com relação ao aspecto regimental, o presente projeto encontra-se devidamente adequado.

No tocante aos aspectos constitucionais e legais, nada há que obste a tramitação do presente.

Nestas condições, opinamos favoravelmente a aprovação do referido.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 01.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 240/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM N° 65/92, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 859.000.000,00 (oitocentos e cinquenta e nove milhões de cruzeiros), conforme especifica, ao vigente orçamento da chefia do Poder Executivo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no D.A. n° 128 de 03.09.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 240/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 65/92, é objeto de nossa análise o PL n° 240/92, que dispõe sobre aprovação de crédito suplementar no valor de Cr\$ 859.000.000,00 (oitocentos e cinquenta e nove milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo.

Sob aspecto jurídico, a propositura respeita o disposto no inciso V do artigo 135 da Constituição Estadual.

No entanto, recorrendo sobre o mérito, ainda que fora da competência desta Comissão, mas entendendo como fato político que o cancelamento da rubrica de apoio a ações de natureza social e cultural não é válido, pois deve ser respeitado num país carente de investimento nesta área, discordamos da proposição oficial, esperando que o Plenário aprecie este aspecto ao analisar o mérito.

Portanto, com a ressalva, e exclusivamente sob o ponto de vista jurídico, concluímos que o projeto em tela é constitucional. Consequentemente somos compelidos a dar parecer favorável à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

OVIDIO CONSTANTINO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 240/92

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental n° 65/92, o presente plano de lei, objetiva aprovação de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 859.000.000,00 (oitocentos e cinquenta e nove milhões de cruzeiros), conforme especifica ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo.

Sobre a matéria existe o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Inexistindo pois, óbices de qualquer natureza, esta Comissão é de parecer FAVORÁVEL à APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

Aprovado.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - (Pela Ordem)
Gostaria de pedir verificação novamente para o Projeto 240/92.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Os Srs. Deputados que aprovam o 240/92, queiram conservar-se como estão. **Aprovado.**
Vai-se proceder à verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal.

(chamada nominal) ...

Responderam à chamada 25 Senhores Deputados. Não há quórum para votação e sim, para prosseguimento da sessão.

Continua em discussão o projeto 240/92. **Encerrada a discussão.**

Sobre a mesa, requerimento n° 1441, de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente. **-Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1430, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, com apoio do Sr. Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. **-Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1431, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **-Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1438 e 1439, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constantes do expediente. **-Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, comunicando os Srs. Deputados que segunda-feira, dia 21, será destinado ao Trabalho das Comissões.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária para terça-feira dia 22, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 242/92, 245/92, 249/92, 240/92.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 174/92.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 220/92.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 179/92, 020/92, 209/92, 235/92, 241/92, 243/92, 248/92, 250/92, 251/92, e 252/92.

O Senhor Presidente comunica os Senhores Deputados que esta sessão e a posterior à mesma, serão destinadas a um esforço concentrado, pois a Mesa pretende fazer várias sessões nesses dois dias, após o que só serão realizadas sessões depois das eleições do dia 03 de outubro.

Levanta-se a sessão.